

### MESA DIRETORA

#### FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

**FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**  
1ª VICE-PRESIDENTE

**GERSON CHAGAS**  
2º VICE-PRESIDENTE

**FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA**  
3º VICE-PRESIDENTE

**JALSER RENIER PADILHA**  
1º SECRETÁRIO

**REMÍDIO MONAI MONTESSI**  
2º SECRETÁRIO

**ERCI DE MORAES**  
CORREGEDOR GERAL

**MARCELO CABRAL**  
3º SECRETÁRIO

**NALDO DA LOTERIA**  
4º SECRETÁRIO

**DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR**  
OUVIDOR GERAL

### Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

#### Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB  
Deputado Flamarion Portela - PTC  
Deputado Jalsler Renier - DEM  
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB  
Deputado Chicão da Silveira - PDT  
Deputado Coronel Chagas - PRTB  
Deputado Brito Bezerra - PP

#### Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB  
Deputado Gabriel Picanço - PSB  
Deputado Ionilson Sampaio - PSB  
Deputada Ângela Águida Portella - PSC  
Deputado Coronel Chagas - PRTB  
*Suplentes:*  
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP  
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

#### Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN  
Deputado Soldado Sampaio - PC do B  
Deputado Coronel Chagas - PRTB  
Deputado Dhiego Coelho - PSL  
Deputado Remídio Monai - PR

#### Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PRB  
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB  
Deputado Erci de Moraes - PPS  
Deputado Marcelo Cabral - PPS  
Deputado Chicão da Silveira - PDT

#### Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV  
Deputado Ionilson Sampaio - PSB  
Deputado Célio Wanderley - DEM  
Deputado Remídio Monai - PR  
Deputado Gabriel Picanço - PSB

#### Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP  
Deputado Jalsler Renier - DEM  
Deputado Gabriel Picanço - PSB  
Deputado Erci de Moraes - PPS  
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

#### Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM  
Deputado Brito Bezerra - PP  
Deputado Marcelo Natanael - PRB  
Deputado Marcelo Cabral - PPS  
Deputado Flamarion Portela - PTC

#### Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC  
Deputado Remídio Monai - PR  
Deputado Gabriel Picanço - PSB  
Deputado Naldo da Loteria - DEM  
Deputada Marcelo Natanael - PRB

#### Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B  
Deputado Coronel Chagas - PRTB  
Deputado Jânio Xingú - PSL  
Deputado Mecias de Jesus - PRB  
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

#### Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC  
Deputado Mecias de Jesus - PRB  
Deputado Jânio Xingú - PSL  
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB  
Deputado Dhiego Coelho - PSL

#### Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB  
Deputado Erci de Moraes - PPS  
Deputado Naldo da Loteria - DEM  
Deputada Ângela Águida Portella - PSC  
Deputado Brito Bezerra - PP

#### Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB  
Deputado Marcelo Cabral - PPS  
Deputado Sargento Damosiel - PRP  
Deputado Erci de Moraes - PPS  
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

#### Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL  
Deputado Dhiego Coelho - PSL  
Deputado Jalsler Renier - DEM  
Deputado Soldado Sampaio - PC do B  
Deputado Jean Frank - PMN

#### Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL  
Deputado Célio Wanderley - DEM  
Deputado Mecias de Jesus - PRB  
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB  
Deputado Remídio Monai - PR

<b>SUMÁRIO</b>	<b>Atos Administrativos</b>	
	Resoluções de Afastamentos nº 123 e 124/2012	2
	<b>Atos Legislativos</b>	
	Ata da 2094ª Sessão Ordinária na Íntegra	2

<b>EXPEDIENTE</b>	<b>GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL</b>
	Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR <b>Telefone:</b> (95) 3623-6665 <b>ELÂNDIA GOMES ARAÚJO</b> <b>Gerente de Documentação Geral</b> <b>VICTOR TAVARES PIRO</b> <b>Diagramação</b>

<b>MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES</b>	As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h  É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.
-------------------------------	---

## ATOS ADMINISTRATIVOS

### RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO E SUPRIMENTOS DE FUNDOS

#### RESOLUÇÃO Nº 123/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

#### RESOLVE

**AUTORIZAR** o afastamento da servidora **JENNIFFER SANTIAGO DO NASCIMENTO, Assessora Parl. FS-4**, para viajar com destino ao município de São João da Baliza, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes as atividades funcionais, no período de 30.03 a 05.04.2012, a serviço desta Assembleia Legislativa Estadual.

Palácio Antônio Martins, 30 de março de 2012

**Deputada FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**

**Presidenta em Exercício**

**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**

**2º Secretário**

**Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO**

**3º Secretário**

#### RESOLUÇÃO Nº 124/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

#### RESOLVE

**AUTORIZAR** o afastamento da servidora **TATIANE RODRIGUES BEZERRA DE ANDRADE, Diretora Financeira**, para viajar com destino a cidade de São Paulo-SP, com a finalidade de tratar de assuntos relacionados à mencionada Diretoria, no período de 09.04 a 17.04.2012, a serviço desta Assembleia Legislativa Estadual.

Palácio Antônio Martins, 02 de abril de 2012

**Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

**Presidente**

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

**1º Secretário**

**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**

**2º Secretário**

## ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

**ATA DA 2094ª SESSÃO, EM 07 DE MARÇO DE 2012.  
43º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.  
=ORDINÁRIA=**

### PRESDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.

Às nove horas do dia sete de março de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima nonagésima quarta Sessão Ordinária do quadragésimo terceiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Naldo da Loteria) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguin

#### EXTERNOS:

.Ofício Circular nº 003/12, de 02/03/12, da Superintendência Federal da Pesca e Agricultura – SFPA/RR em Roraima, convidando para participar de uma reunião no dia 14/03 do corrente, para tratar sobre a criação do Grupo de Trabalho – GT que antecede o Comitê Permanente de Gestão Compartilhada – CPGC's de Ordenamento do Rio Branco.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chicão Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Naldo da Loteria) – Procede à chamada.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Senhor Presidente, caros colegas Deputados, caro Deputado Brito Bezerra.

Senhor Presidente, estreio na Tribuna neste ano de 2012, com uma boa notícia, que certamente interessa a esta casa, a todos os Deputados, à imprensa, em especial à população do Estado de Roraima. Infelizmente, também tenho um discurso de lamento, em razão do falecimento do Senhor Laucides Oliveira, eu não poderia deixar de render todas as minhas homenagens àquele que foi o mais importante e pioneiro do jornalismo no nosso Estado. Então, de público quero abraçar a família do Seu Laucides Oliveira, reconhecer toda sua vasta contribuição ao nosso Estado, e um abraço a todos os que são amigos e que sentem essa perda.

Em relação à boa notícia, Senhor Presidente, deputado Chico Guerra, com muito orgulho, anuncio que nós obtivemos em parceria com o Senador Federal a outorga da TV Assembleia e que em breve o estado de Roraima ganhará mais um canal de TV. Essa foi uma missão conferida por Vossa Excelência a mim, que hoje nós começamos a cumprir. As portas do Senado Federal foram abertas por meios do Senador Romero Jucá. Nós estivemos por diversas vezes na Secretaria de Comunicação do senador Federal, também no Ministério das Comunicações tratando desse assunto. E, como resultado, no dia 15 de março, ou seja, na próxima semana, uma equipe do Senador Federal já estará aqui em boa Vista para fazer as análises necessárias à instalação da TV Assembleia.

Então, Deputado Sampaio, a primeira análise será na parte técnica, necessária à instalação do transmissor, antena, o local mais adequado para dar melhor cobertura à TV Assembleia na nossa, as demais análises são relativas ao trâmite burocrático.

Vossa Excelência sabe, a Casa assinará um convênio com o Senador Federal por essa parceria, e arcará com parte dos custos da instalação da TV Assembleia, enquanto a Assembleia se responsabilizará por outra parte dos custos.

Então, espero que em breve possamos ir a Brasília assinar esse convênio com o Presidente do Senado, José Sarney, para então efetivar o funcionamento do canal e voltar com esse documento pronto. Mas, a realidade da TV Assembleia é sem dúvida a maior conquista da Fundação

Rio Branco de Comunicação desta Casa, com vantagens a todos os Deputados, pois terão o seu trabalho divulgado, exposto a toda população do nosso Estado. O povo é o maior fiscalizador do Poder Público, o povo por quem estamos aqui trabalhando, é que poderá acompanhar dia a dia, passo a passo, o trabalho desta Casa. Então, a ALE será o primeiro Poder Público a ter a sua televisão no Estado de Roraima, motivo de orgulho para esta Casa.

Então, Senhor presidente, parabéns a essa gestão, que disponibiliza ao povo mais um instrumento de acesso democrático ao trabalho desta casa. Portanto, embora uma notícia curta, mas extremamente importante, e à medida que se evolua e se amplia as coisas aconteçam, em favor do desenvolvimento do Estado, a sua população, através das notícias, será mantida informada.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Marcelo Natanael – Parabenizo a Vossa Excelência por este esforço, da mesma forma a iniciativa do Deputado Chico Guerra, nosso Presidente, aliás, o seu empenho vem sendo notório desde quando foi vice na gestão do Deputado Mecias de Jesus, enfim o objetivo alcançado com sua força. Parabenizo também o Senador Romero Jucá pela luta, na concretização deste objetivo em favor do povo de Roraima que, muitas vezes, impossibilitados em comparecer no horário de Sessão, terá oportunidade de acompanhar o nosso trabalho desenvolvido nesta Casa. Eu só tenho a parabenizar o esforço do Deputado Mecias, Deputado Chico Guerra e Deputado Rodrigo Jucá. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá continua – Muito obrigado, meu amigo. Lembrando que essa é só mais uma forma de acesso. Hoje, através da Rádio Anauá, as nossas Sessões já são ouvida no Sul do Estado, e, a partir do momento de concretização desse veículo de comunicação, teremos uma presença muito mais forte no cotidiano das nossas ações. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Semana passada, tratei aqui sobre as transferências dos recursos do IPERR que estavam disponibilizados na Caixa Econômica que foram remanejados para outros fundos. Só para se ter uma ideia, tenho em mãos a relação de rendimento do Fundo Atico Geração de Energia, que teve em janeiro de 2011 – cada mês apresenta, aqui rendimentos: – em janeiro de 2011 (negativo 0,08); fevereiro (negativo 0,03); março (negativo 0,05); abril (negativo 0,04); maio (negativo 0,08); junho (negativo 0,07); julho (negativo 0,09); agosto (negativo 0,12); setembro (negativo 0,14); outubro (negativo 0,05); novembro (negativo 0,01); dezembro (positivo 0,02). Em junho de 2012, para completar um ciclo de 12 meses, (negativo 0,11). Ao longo desses 12 meses pesquisados, esse fundo teve um rendimento negativo de 0,84. Quer dizer, houve um comportamento nesse fundo, o rendimento foi de 0,84 negativo. Paralelamente, comparado com o da Caixa, onde o dinheiro estava sendo aplicado, a Caixa teve um rendimento positivo de 16,66 positivo. Pergunto: como é que, se tem um rendimento na Caixa Econômica onde tiver cerca de 3 bilhões de capital social, que pertence exclusivamente à União, tem um rendimento de 16,6% ao ano. Você tira dinheiro desse local e vai pôr em um fundo que, durante um ano, quer dizer, um comportamento, ter um rendimento negativo? Mas, Deputado Mecias, me aprofundi nas pesquisas, consultei a legislação pertinente a recursos do Fundo, peguei uma portaria do Ministério da Previdência Social, de agosto de 2011, quer dizer, essa portaria está com sete meses. É bom que se entenda isso com clareza, conforme no seu artigo terceiro, os responsáveis pela gestão dos recursos do regime próprio de previdência social, além das obrigações previstas em resolução do Conselho Monetário Nacional, dispondo sobre a aplicação dos recursos dos regimes próprios de previdência, devo obedecer às seguintes normas: Inciso primeiro: quando as aplicações dos recursos foram realizadas por intermédio de entidades autorizadas e credenciadas, necessário se faz realizar o processo seletivo e submetê-la à instância superior de deliberação, tendo como critério a solidez patrimonial da entidade, a compatibilidade com volume de recurso e a experiência positiva no exercício da atividade de administração de recurso de terceiro. Isso está dito pela norma estabelecida pelo Ministério da Previdência social. Pois bem, fiz algumas pesquisas em Tribunais de Contas de vários Estados. Tenho em mãos, acordãos do Tribunal de Contas de Minas Gerais, do Paraná, de Santa Catarina, Rio grande do Sul, do Pará e Tocantins. Está aqui o documento desses tribunais, eu vou ler acordãos de, pelo menos, quatro Tribunais. Conclui o Tribunal de Contas de Minas Gerais: “Os recursos arrecadados, que compõem o regime próprio dos servidores, devem ser depositados em bancos oficiais em conta específica, distintas das demais contas do Instituto Previdenciário.

Mas, a sua aplicação pode ser feita tanto em instituições financeiras oficiais, entendidas essas, como as que possuem capital estatal e controle diretor do poder público, conforme denominação aqui do relator. Quanto em instituição financeira privadas, autorizadas a funcionar pelo banco central, quer dizer, ele está afirmando que pode também aplicar em instituição privada, não está sendo contra, desde que selecionadas mediante processo de credenciamento, observado o certame licitatório próprio, diz o acordão do Tribunal de Contas de Minas Gerais, de forma que possam ser aplicados em condições de segurança, transparência, rentabilidade e liquidez, quer dizer, o tribunal conclui que não é proibido ir para instituição privada, desde de que seja através de processo licitatório”.

Vamos ao que diz o tribunal de Contas do Paraná: “Os fundos podem optar pela aplicação dos recursos previdenciários, tantos em bancos oficiais como privados, desde de que respeitando o prévio procedimento licitatório nos termos da lei 8666. Ele até cita a nossa lei licitação. Santa Catarina: considerando os pagamentos feitos públicos, nativos e inativos, aos pensionistas que a natureza de despesa liquidada, pagamento feito na folha de pagamento, não se confundindo com a disponibilidade de caixa ao teor, do dispositivo do artigo 164, inciso terceiro da constituição federal, poderá o instituto proceder a contratação da instituição financeira pública ou privada para prestar o referido serviço, mediante processo licitatório. Aqui está uma pesquisa feita em vários tribunais, onde ratifica que pode, sim, se aplicar em instituições privadas, desde que seja através de um procedimento licitatório.

Na mesma Legislação do Ministério da Previdência Social, diz no seu artigo 2º: a União do distrito Federal e dos Municípios deverão comprovar junto à Secretaria da Previdência Social que o responsável pela gestão dos recursos dos seus respectivos recursos do regime próprio tendo sido aprovado em exame de certificação organizada por entidade autônoma tendo reconhecida a capacidade técnica e difusão do mercado financeiro de capitais, cujo conteúdo abrangerá, no mínimo, o conteúdo anexo da portaria, quer dizer, o responsável pela gestão desse fundo, deva fazer um curso por instituição credenciada, cujo conteúdo conforme, aqui está: conteúdo mínimo para captação do gestor de recurso do regime próprio da Previdência, economia e finanças vem todo o conteúdo de economia e finanças, sistema nacional; todo o conteúdo de economia e finanças; instituições e intermediários financeiros também todo o conteúdo; mercado de capitais, todo o conteúdo; mercado financeiro, todo o conteúdo; mercado de derivativos, todo o conteúdo; fundo de investimento, todo o conteúdo. Então, a pessoa, para ser gestor, com certeza, e exigido o credenciamento e, além disso essa habilitação, também uma resolução do Banco Central, conforme está no seu artigo 4º: os responsáveis pela gestão de regime próprio da Previdência Social, antes do exercício a que me referi, deverão deferir a política anual de aplicação dos recursos e de forma a contemplar. Peguei aqui a de Tocantins: política de investimento de 2012 do Instituto de Previdência do estado de Tocantins. Nós estamos no exercício de 2012, nosso dinheiro do IPER foi transferido de uma instituição para outra, Roraima tem uma política de investimento para o exercício, como estabelece a resolução do Banco Central, pelo que me consta, não têm. Então, eu estou trazendo esclarecimentos porque começam a surgir mais dúvidas sobre essas transferências, mais questionamentos sobre essa transferência, começa aqui a inquietar os sindicatos, o conjunto dos servidores, porque não há clareza de propósitos, não é nobre o propósito de transferência desses recursos.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio - Deputado Flamarion, em reunião, na última segunda-feira com várias entidades que representam os servidores, nós percebemos a aflição daqueles representantes de entidades com relação às aplicações, retiradas da Caixa Econômica, onde foi demonstrado que a rentabilidade, a taxa de administração, todas elas causam prejuízo ao dinheiro público. Ontem, aprovamos o Requerimento, convocando o Presidente do IPER, do CEP com pedido de cópias das atas do CEP. Já temos algumas informações que chegaram à nossa mão, Deputado Flamarion. Estou aqui com algumas atas da CEP, Conselho Estadual Previdenciário, as quais, cada vez mais, nos levam a aumentar a nossa preocupação, devido à diversificação no investimento. Temos ata do dia 12 de janeiro, o CEP não se sentiu seguro para autorizar essa movimentação pediu um Parecer no comitê de investimento. No dia 17 se reuniram, o parecer não tinha chegado; dia 18 uma nova reunião, até que enfim chegou o parecer do Conselho de investimento. E, aí, pasmem, o conselho de investimento montado por servidores, na sua totalidade comissionada, pertencendo à instituição do IPER, o

Presidente do comitê é o Presidente do IPER, os servidores com menos de um ano de lotados, e nota técnica não convence alguns conselheiros que fizeram questão de registrar o seu posicionamento, perguntando, inclusive, por que o diretor financeiro do IPER faz parte do comitê, e não assinou a nota. Ninguém responde essa pergunta. Questionaram por que mexeram no dinheiro aplicado na Caixa Econômica, haja vista que o rendimento, segundo eles, é bem maior do que o do Banco do Brasil. Foi demonstrado para os conselheiros que o dinheiro, aplicado na Caixa Econômica, era superior ao do Banco do Brasil. Neste aspecto, houve questionamento por um Conselheiro sobre o porquê disso. Não houve explicação. Então, Deputado Flamarion, é preocupante, alguns Conselheiros registraram seu posicionamento, e o Presidente do IPER que é Presidente do Comitê Financeiro assume toda a responsabilidade por essa movimentação, conforme consta em Ata, onde ele próprio diz que tem a certificação necessária e o conhecimento de vencer os demais Conselheiros. Eu vejo aqui alguns Conselheiros, representando servidores, representando a sociedade civil está aqui o conhecido nosso, Professor João de Carvalho, que apresentou várias observações e registrou seu posicionamento na Ata do CEPE, assim como o representante dos servidores, mas foram voto vencido. Me estanhou muito o representante da PROGE que faz parte do Conselho que tem conhecimento, tem formação superior, tem o dever defender o Estado, mas quase nenhum questionamento fez. Então, é muito preocupante, Deputado Flamarion, pois a Caixa Econômica informou ao Governo do Estado de maneira antecipada o quanto era prejudicial essa movimentação financeira. Sobre todos os dados que Vossa Excelência levantou, o Governo teve conhecimento. Aqui está o ofício do Gerente da Caixa Econômica dando ciência ao Governo que era um equívoco fazer essa movimentação. E o argumento da Caixa Econômica foi bem matemático, pegou os dados e fez a comparação, demonstrou matematicamente que, se o dinheiro permanecesse na Caixa, teria um rendimento maior. Mas, temos um Requerimento aprovado, e na terça-feira estaremos aqui para ouvir o presidente do IPER, o Presidente do CEPE que, a princípio, está contrariando no seu artigo 118, está contrariando a lei 054 e as leis dos conselhos do estado, pois o Senhor Leocádio não poderia assumir a Presidência do CEPE, haja vista, que ele teria que ser eleito, não poderia ser um Secretário de Estado. Há ações na justiça com relação a essa questão para saber a legalidade do Conselho Previdenciário. E apesar do representante dos servidores inativos do Estado, Senhor Adir Arantes, ter feito vários questionamentos foi voto vencido, e se posicionou como deveria se posicionar um servidor em defesa de sua classe, foi voto vencido.

Então, Deputado Flamarion, vamos aguardar até terça-feira, estamos anunciando todo sindicato com informações para que possamos esclarecer. Se constatarmos que foi um bom investimento que o IPER fez, que o presidente do IPER está certo, que o Presidente do Conselho está certo, publicarei uma nota na Folha de Boa Vista parabenizando o IPER, pedindo desculpas ao Presidente do órgão por qualquer difamação ou calúnia durante o nosso trabalho fiscalizador, que é o trabalho Parlamentar. Mas, eu não estou convencido que foi feita uma boa aplicação. Então, parabéns, Deputado Flamarion, vamos aguardar até terça-feira, pois estou ansioso para saber para onde foram os Cento e oitenta milhões de reais.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Obrigado, Deputado, pelos esclarecimentos. Concedo um aparte ao Senhor Deputado Mecias de Jesus.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Deputado Flamarion, Vossa Excelência como sempre bastante estudioso e traz uma série de demonstrações de como se deve aplicar o dinheiro do povo. E o Tribunal de Contas de todos os estados tem normas para se fazer uma licitação. Eu não tenho dúvidas de que essa licitação foi feita, também, de forma individual, quem der mais é que leva. E certamente quem deu mais levou o dinheiro dos servidores públicos do Estado de Roraima. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Obrigado, Deputado, mas isso também é fato, o Estado tem esses novecentos milhões dos recursos do IPER aplicados no Banco do Brasil e aplicado na Caixa Econômica, onde, comprovadamente, de janeiro a dezembro de 2011 teve um rendimento superior ao do Banco do Brasil. A Caixa tem um rendimento superior ao do banco do Brasil. O Governo não mexeu nos recursos do Banco do Brasil, e só mexeu nos recursos da Caixa Econômica que pagou um percentual maior de rentabilidade. Agora, eu estou comparando de banco oficial para banco oficial. Não mais de banco oficial para fundo privado. Então, até nesse ponto paira uma dúvida, porque se tira de onde se está com rentabilidade maior. Então, espero que quarta-feira a gente tenha a clareza de tudo isso, como

disse o Deputado Sampaio, se eles vierem aqui nos convencer com provas. Se refutarem as nossas provas, nós temos toda a humildade de aplaudir porque não é de todo ruim você tirar de um lugar e colocar no outro desde que exista, em primeiro lugar, a segurança, a solidez do fundo e, essencialmente uma rentabilidade maior porque o risco é maior. Não dá para entender o fato de colocar onde o risco é infinitamente maior, mas a taxa de administração é de 12% maior e a rentabilidade é menor. Isso é uma inversão de valores. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Xingú – Senhor Presidente, Senhores Deputados, imprensa, junto meu sentimento ao do Deputado Rodrigo na manifestação de pesar pelo falecimento do jornalista Laucides Oliveira, que tem uma história muito bonita neste Estado. Eu o conheço da época em que nós fazíamos movimento da juventude aqui em Roraima, em tantas vezes que estive com ele sempre dava bom conselho. Foi por diversas vezes na URES dar Conselho. Sem sua presença, o dia se torna muito triste para o jornalismo deste Estado, haja vista, que foi o pioneiro da comunicação, por longo tempo se dedicou à imprensa do Estado de Roraima.

Senhor Presidente, o motivo de eu estar me pronunciando, é justamente a polêmica em torno das aplicações do IPER. Como disse o Deputado Flamarion, com muita razão, os 900 milhões que estão no IPER não são do Governo do Estado, são dos funcionários públicos do Governo do Estado, inclusive, do judiciário, do executivo e do Legislativo, é dinheiro do funcionário público. Mas, como é uma matéria muito complexa, acho que as pessoas não podem atacar de uma forma maldosa. Vamos esperar que o IPER encaminhada as informações necessárias a esta Casa, para que os Deputados façam seus pronunciamentos de forma que não crucifique ou condenar uma pessoa antes da hora, para que não possamos cometer esse erro crucial que é ruim para o Poder, é ruim para as instituições esse tipo de relacionamento. Mas, ontem, estive a tarde inteira no IPER, liguei para o Governador e lhe informei sobre o que estava acontecendo, bem como da revolta aqui deste Poder em torno de um tema em debate, e que o Governo, juntamente, com o IPER, precisariam dar uma resposta de forma rápida e convincente. Pois bem, o Governador respondeu: “Deputado Xingu tudo que falarem sobre mim e ainda continuam falando, é porque eu cheguei em Roraima há 20 anos, e iluminado por Deus para Governar este Estado. Veja, com relação à BR 174, falaram que eu tinha roubado o dinheiro, que o dinheiro tinha ido embora, 540 milhões tinham sumido dos cofres do Governo. Isso não é verdade. Vá à SEFAZ, peça lá, que o Renato vai lhe dar, consta que ainda estão lá 214 milhões, e a estrada já está com 78% do serviço feito, mas na Assembleia ninguém mais fala disso. Você sabe por quê? Porque as pessoas que estão indo a Manaus e veem o resultado, o trecho que faziam em 14 horas, agora em 10h, daqui cinco meses, certamente, farão em oito. Pessoas haverão de sair de Boa Vista para almoçar na capital do Amazonas, Manaus”. Como disse o Deputado Sampaio, em relação ao IPER que se nada disso for provado, ele irá publicar uma nota se redimindo, pedindo perdão ao Deputado Braga, foi Deputado e exerceu por três mandatos. Acreditem os Senhores, jamais um governador de estado haverá de fazer algo que fosse prejudicar a sua vida, que fosse prejudicar a vida dos servidores públicos deste Estado. E digo mais, por intermédio do Governador, enquanto eu estava lá no IPER, quer dizer o próprio governador determinou ao Braga pedir, em caráter de urgência, aos auditores do Ministério da Previdência do Brasil fazer uma auditoria no IPER do Estado de Roraima para mostrar que não há nada de errado, e assim, tranquilizar os servidores públicos do Estado. O Parlamento é a ressonância da sociedade, o que nós falamos vai para o bem, mas também haverá de ir para o mal. Nós não podemos apontar dedo enquanto tem três dedos apontando para nós. Não julguem para não serem julgados. Aguardem! O Deputado Célio, Presidente da Comissão de Orçamento de Finanças, independente de qualquer coisa, vai convocar o Deputado Braga, Presidente do IPER, todo o seu Conselho, todos os seus técnicos, para uma reunião nesta Casa com todos os Deputados para explicar como funciona o Fundo de Investimento. Não se pode, de acordo com uma resolução, tirar dinheiro do Instituto de Previdência do Estado de Roraima sem autorização do Banco Central. Não é ilegal. O que foi feito, não há uma ilegalidade, pode ser que um Fundo, como Vossa Excelência diz, ofereça uma maior segurança do que outro. Talvez seja neste aspecto que esteja se discutindo aqui: a perda dos recursos, a segurança do dinheiro dos funcionários. Acredito, segundo entendi, a dúvida é segurança e gera muita discussão aqui. Essa questão será esclarecida pelos técnicos do IPER, para mostrar aos funcionários públicos do Estado de Roraima, que não há nada de errado com os

recursos das suas aposentadorias. Vamos aguardar! O Presidente do IPER está compromissado com a sociedade de Roraima e com este Poder, onde prestará todos os esclarecimentos possíveis. Na oportunidade poderemos questioná-lo vamos poder questioná-lo, vamos poder abordá-los, vamos poder fazer uma triagem em busca de informações. Então, no momento em que os Deputados tratarem de um tema tão complexo, que é o dinheiro público, será de uma forma diferente. Também, conforme se observa na imprensa é que roubaram o dinheiro do IPER. No trajeto para a Assembleia, ouvia pela rádio um rapaz falando que tinham tirado o dinheiro do IPER e o mandaram não sei para onde. Não é bem assim, não é assim, as coisas haverão de ser provadas. Mas, percebe-se que, com muita firmeza, com muita coragem e determinação, o Governador tem tocado o Estado para frente. Cito, como exemplo, uma oportunidade em que, alguns Deputados, o Senador Romero Jucá e eu, reunidos com o Governador e o Ministro do desenvolvimento agrário, assistíamos a assinatura do convênio com Roraima na ordem de trinta milhões de reais para regularizar 18 mil propriedades rurais neste Estado. Vossa Excelência sabe o que vai acontecer, Deputado? Quando o seu João pegar aquele título, vai ali no BASA, vai no Banco do Brasil e consegue um financiamento para transformar a sua pequena propriedade numa indústria do agronegócio que vai melhorar a sua vida e a vida econômica do nosso Estado. Todo governo erra, mas temos mais coisas positivas do que negativas. Agora, fazer oposição é isso, senão a oposição não terá o que falar, o Parlamento existe para isso. O aconselhável é fazer oposição sem crucificar, porque só crucificar, sem levar em conta iniciativas positivas o Governo se torna prejudicial para a sociedade.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – Parabéns pelo pronunciamento, Vossa Excelência continua acreditando no governo, eu não acredito, tanto é que não apoiarei, nem votei no atual governo, é fato, faz parte da democracia, você ter a opção de escolher em quem você acredita e em quem você apoia e também é claro que esse é o papel da oposição cobrar e também acima de tudo é o dever do parlamentar e por isso estamos apurando, cobrando e fiscalizando. Discordo de Vossa Excelência pois nunca disse que roubaram ou furtaram dinheiro algum do Estado. Entendemos que a aplicação é legal, cumpre as resoluções do Banco Central, cumpre as normas e é possível sim, fazer esta aplicação, o que estamos questionando apenas, é a rentabilidade e as taxas que são cobradas, se dá ou não lucro e se vale a pena ou não essa aplicação. Esse é o foco da questão, já foi demonstrado matematicamente e aqui não tem muito segredo. Então, nossa preocupação é que uma parte desses recursos que foram investidos tem um Fundo com o capital social bem aquém do valor investido. Isso é regra no mercado financeiro, Vossa Excelência não empresta dinheiro para alguém que não lhe dá a garantia devida. Mas isso, é superável, mas o processo legal não era este. Vou só ler aqui o que disse o servidor Adir Arantes de Araújo, representante dos servidores dos inativos, na ata do dia 17 de janeiro de 2012, ata do CEPE. Ele pergunta o seguinte do IPER, se existia a possibilidade de promover um edital de licitação para seleção dos interesses mediante definição de item apropriado ao investimento em respeito ao princípio e a transparência pública. E o Presidente do IPER respondeu o seguinte: Não haverá licitação, não temos como fazer. Se pegarmos o ofício que veio da Caixa Econômica para o Presidente do IPER, ele enumera várias opções dentro da própria Caixa Econômica outros fundos que ofereciam rendimento maior, não estamos crucificando nem acusando, dizendo que o Presidente do IPER roubou, só disse que a princípio foi feita uma má aplicação. Cabe a ele nos convencer ao contrário. Agora é fato, é uma estratégia do governo, lembramos nós muito bem da Saúde do Estado, quando houve a operação, quando se cogitou a possibilidade de uma CPI, o Governador foi para a TV com o secretário de segurança dizendo que naquele momento estava abrindo inquérito pois isso era uma questão policial, chamando a atenção para si e aí se o Ministério Público não fizesse sua parte até então por parte do governo nada foi apurado e a CPI aqui perdeu o objeto, perdeu força em questão de dias. Mas, acredito muito nos auditores da previdência que serão independentes e vão dizer pra gente se foi feita ou não uma boa aplicação com esses recursos. É do interesse de todos, nosso, da Caixa, de outros fundos de investimentos saber o que realmente aconteceu. Mas, a princípio estou convencido Deputado Xingu, que foi feito um mal investimento, que faltou transparência na escolha desse fundo e se me convencerem ao contrário, já disse a Vossa Excelência, além de publicar uma nota, virei à tribuna dizer que o Deputado Braga e o CEPE acertaram e fizeram uma boa escolha. Obrigado.

O Senhor Deputado Xingu continua – Obrigado, Deputado

Soldado Sampaio, pela sua intervenção. O Deputado Sampaio, questionou sobre a operação que houve na saúde. Só queria lembrá-lo que o governador não é promotor, ele não pode interferir na jurisdição, as pessoas que foram presas estão à disposição da justiça e à disposição do Ministério Público que oferece a denúncia e aí já está na esfera judicial, não tem mais nada com o Poder Executivo. Agora cabe aos promotores e ao poder Judiciário julgar e colocar na cadeia os que são considerados culpados. Outra observação com relação ao IPER, acima do Deputado Braga existe um Conselho Previdenciário e esta Casa indicou um homem de bem para fazer parte dele, são três da esfera governamental e três oriundos da sociedade. Portanto, não há nada que o Deputado Braga possa fazer sem a autorização desse Conselho, eles estão acima do Deputado Braga, eles são órgão gestor, para se fazer qualquer coisa com relação ao dinheiro dos funcionários públicos haverá de ter o aval desses conselheiros, eles são fóruns competentes para este assunto.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra – Parabéns Vossa Excelência quanto à preocupação com os recursos do IPER, ou seja, os recursos dos funcionários públicos do Estado de Roraima que hoje se encontram diante de numa instituição em situação em que, suspeita até que nos provem ao contrário. Gostaria de dizer a Vossa Excelência e a todos os Deputados da base do governo sobre o porquê da nossa preocupação quanto à aplicação desses investimentos que são frutos do suor destes colaboradores que vêm ao longo dos anos trabalhando e com a esperança em se aposentar e ter um retorno no futuro próximo que possa lhes dar dignidade, sustentabilidade à sua vida e à de seus familiares. Quero dizer a Vossa Excelência que estamos nos preparando para não indagar só politicamente os gestores, sejam eles o ex-Deputado Braga, como Presidente do IPER, sejam os membros do Conselho deliberativo do IPER, estamos nos preparando para saber a real situação desse imbróglio, onde foram investidos esses recursos e quais as vantagens para o servidor público, não faremos da Assembleia Legislativa, isso pode ter certeza, um palco político de discussões partidárias, nossa preocupação é tão somente com a aplicação e a garantia dos recursos dos servidores públicos do Estado de Roraima. Vossa Excelência pode ter certeza e transmitir ao Ex-Deputado Braga e aos membros do Conselho que a nossa preocupação é tão somente essa.

O Senhor Deputado Xingu continua – Obrigado, Deputado Brito, quero dizer que fico muito feliz, mas a preocupação não combina com maldade.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Gostaria de parabenizá-lo pelo seu discurso, e Vossa Excelência aborda o tema de uma maneira muito correta, mas, temos que dizer que de fato a demagogia corrói o argumento. E por isso, ontem, inclusive, me manifestei aqui sobre o que espero da reunião de terça-feira que o Deputado Brito antecipou, e que na oportunidade se consiga abordar sem demagogia, e discordar do Deputado Sampaio, que um e outro Deputado tentou fazer insinuações, de maneira sutil que houve desvio. Não é o momento de se fazer isso, todos nós estamos preocupados, não vi nenhum Deputado da base indagando os Deputados da oposição, e o porquê da preocupação deles, é uma preocupação de todos, tanto é que o Requerimento foi aprovado por unanimidade, esse é um assunto extremamente importante. Vossa Excelência faz uma ponderação importante para que a gente não use de demagogia, a demagogia é um caminho mais fácil sempre a demagogia para fazer onda é mais fácil. Parabéns, Deputado.

O Senhor Deputado Jânio Xingu continua. Obrigado Deputado Rodrigo, pela intervenção. Quero dizer ao Presidente Chico Guerra, que o ex-Deputado Braga comparecerá a esta Casa, vai tirar todas essas dúvidas. E esse debate servirá para, daí pra frente, não apontar o dedo antes das informações finais, para que não magoe as pessoas e, depois, não ter isso como uma grande injustiça. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) - Não havendo mais nenhum orador inscrito, passamos para Ordem do Dia: discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 001/12, que “Dispõe sobre a revisão dos vencimentos e proventos dos servidores públicos, ativos e inativos, do Poder judiciário do Estado de Roraima, para o ano de 2012, e dá outras providências; Em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 016/11, que “Concede o título de Cidadã Benemérita à Senhora Maria da Penha Maia”, de autoria da Deputada Ângela Portella; do Projeto de Decreto Legislativo nº 026/11, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima à Senhora Sheridan de Anchieta”, de autoria do Deputado Jean Frank; do Projeto de Decreto Legislativo nº 027/11, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima à Senhora Francisca Cristina Rocha de Alencar e ao Senhor José Aires de Alencar”, de autoria do Deputado Jean Frank; da Moção

de pesar pelo falecimento do Senhor Laucides Inácio de Oliveira e do Requerimento de Pedido de Informação nº 004/12, solicitando da Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social, informações a respeito do Programa “Bolsa Social” “Bolsa Universitária”.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 16/11, e Parecer das Comissões em Conjunto.

O Senhor Primeiro Secretário Chicão da Silveira ( Lido o Projeto de Decreto Legislativo n 016/11 e Parecer).

O Senhor Presidente (Chico Guerra) - Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo n 016/11. Não havendo quorum qualificado para votação de nenhuma dessas matérias, com exceção a Moção de Pesar, fica transferido para próxima Sessão.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário para proceder leitura de Moção de Pesar 04/12, pelo falecimento do Senhor Laucides Inácio de Oliveira.

O Senhor Primeiro Secretário Chicão da Silveira - ( Lida a Moção de Pesar).

O Senhor Presidente ( Chico Guerra ) Em discussão a Moção de Pesar.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus –Senhor Presidente, quero dizer que Roraima amanheceu mais triste, pelo falecimento do Jornalista Laucides de Oliveira, eu tive a oportunidade de fazer parte da amizade e ser amigo de Laucides, para mim foi uma perda muito grande para o Estado de Roraima, para Brasil, em especial para todos os segmentos de imprensa do nosso Estado. Laucides foi um grande exemplo, deixa um legado para todos os homens públicos, pais de famílias, cidadãos e especial ao jornalismo de Roraima, aqueles que querem exercer jornalismo com ética, deve seguir as lições do Mestre Laucides de Oliveira.

Consternado deixo meu abraço à dona Clotilde, Consuelo e toda família do nosso grande Mestre Laucides, que foi o Primeiro Secretário de Comunicação da Assembleia Legislativa, temos uma Ala que presta uma homenagem ao Laucides, Ala da Secretária de Comunicação. Laucides, sem dúvida nenhuma, é merecedor de reconhecimento e homenagem que o Legislativo e o povo de Roraima lhe prestam, pois foi grande homem de bem, público e pai de família, deixa um grande legado para todos nós. Que Deus o tenha e de lá ele possa zelar por aqueles que ficam aqui, que segue o seu legado e exemplo. Obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a prática do jornalismo atualmente em Roraima é um grande desafio, imagine fazer jornalismo na época em que o mestre Lau iniciou, onde o mestre Lau tinha que bater o escanteio e correr para cabecear, porque praticamente tinha que fazer tudo na figura do jornalista como foi Laucides aqui no sistema de televisão naquela época de sua implantação, Laucides deixa um grande exemplo para os jornalistas jovens, que hoje tem oportunidade de sentar no Banco Universitário, graças às nossas universidades têm acesso ao nível superior. Na época do mestre Lau, o aprendizado essencialmente a prática, a vontade, coragem, determinação, do que mesmo processo construtivo do que aprendizagem. Então, quero deixar aqui em meu nome o abraço sensibilizado da Senadora Ângela Portela, da minha família, à dona Clotilde, Consuelo e familiares. Também Assembleia Legislativa deve reconhecimento ao Mestre Lau, pela sua grande contribuição à Assembleia Legislativa. Vossa Excelência confirmou hoje, que ele continuava servidor do Poder Legislativo, graças a Deus. O Poder Legislativo, mesmo ele estando afastado, devido à doença, lhe deu oportunidade de receber salário para ter uma vida mais digna com seus familiares, enfrentando um processo de doença que o vitimou. Mas, assim é a vida, esse ciclo permanente, mudanças permanentemente se sucedem, natural ao ser humano. Mas, a trajetória de Laucides vai ficar registrado em nossa memória, em nossos corações e com certeza será um grande exemplo para todos nós. Descanse em paz, Mestre Lau.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Senhor Presidente, me associo às palavras dos Deputados Mecias e Flamarion, e demais, pelo

lamentável passamento do amigo comunicador, Laucides Oliveira. Eu diria que Laucides ou a vida de Laucides extrapolou e muito na sua área de comunicação, os exemplos de cidadão, de pai, esposo, chefe de família, o seu permanente e constante estado de humor, sempre alegre, brincalhão, é um exemplo não só para a comunidade da imprensa mas para todas as gerações que compartilharam da vida do Laucides. De tal sorte quero externar à família dele, a esta Casa por ser seu funcionário, nossos votos de pesar pelo passamento do companheiro Laucides.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Continua em discussão a matéria. E como não há quem queira discuti-la, submeto à votação. A votação será simbólica. Os Deputados que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Em discussão Requerimento de Pedido de Informação, de autoria do Senhor Deputado Brito Bezerra e mais seis Deputados, requerendo à Mesa Diretora solicitar à Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social informações a respeito do Programa Bolsa Universitária, relacionado nome de instituições credenciadas para receber os valores referentes ao programa, bem como quais estudantes estão sendo beneficiados atualmente e seus respectivos cursos.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhoras e Senhores Deputados, esse Requerimento se fez necessário por entendermos que a quantidade de universitários que estão hoje participando do programa é menor do que quando se iniciou, ou seja, havia em torno de 3 mil bolsistas. E há um ano e meio, não abriram novas vagas. Universitários que antes eram bolsistas já se formaram, portanto, existe a possibilidade para que possamos aí através de um trabalho da assembleia Legislativa, deliberar ou sensibilizar junto ao governo do Estado abrir novas oportunidade a estudantes que pretendem cursar nível superior. Gostaríamos de saber quais as instituições de nível superior que mantém esse convênio com o governo e quem são os alunos. O Parlamento tem a necessidade de saber até para que possamos, na prerrogativa de fiscalizar, saber se essas pessoas realmente preenchem os requisitos necessários. Peço aos Senhores que aprovem o Requerimento.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Não havendo mais nenhum Deputado que deseja discutir. Passamos à votação, que será simbólica, os Deputados que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Não havendo mais matéria para Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, há poucos dias a Deputada Ângela Portella. A Deputada, representante da ESCOLEGIS, trouxe um representante do Senado. Então, tenho, uma parte do discurso do representante do Senado sobre a necessidade da gente conscientizar politicamente as crianças, os jovens nas escolas. Eu trouxe hoje o Vitor da Silva Barros, que cursa na escola municipal Nova Canaã o 4º ano. Este menino tem uma sensibilidade para política muito grande. Em conversa com ele e seus pais acompanhei o seu desempenho nas atividades políticas junto ao seu grupo na escola. Foi então, que me comprometi trazê-lo para conhecer o Parlamento para se familiarizar com o legislativo no intuito de transmitir para sua família e amigos a realidade deste Parlamento, onde trabalhando em prol da comunidade.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Não havendo mais Deputado que queira usar do Expediente de Explicações Pessoais e mais nada a tratar, encerro a presente Sessão e convoco outra para o dia 08, à hora regimental.

**Estiveram presentes os Senhores Deputados: Ângela Portella, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portella, Jânio Xingu, Jean Frank, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 08/03/2012